



EMENTA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025 – MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS. DIREITO TRIBUTÁRIO. TAXA DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES. ALTERAÇÃO, ACRESCIMENTO E REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 229/2018. REDEFINIÇÃO DE CONCEITOS (REJEITOS, RESÍDUOS SÓLIDOS), CLASSIFICAÇÃO DE GRANDES E MÉDIOS GERADORES, CRITÉRIOS PARA BASE DE CÁLCULO (CUSTO MÉDIO EQUIVALENTE, ÁREA CONSTRUÍDA, FREQUÊNCIA DE COLETA, FATOR CATEGORIA), VINCULAÇÃO DAS RECEITAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, PARCELAMENTO, DESCONTO PARA PAGAMENTO À VISTA, MECANISMOS DE REVISÃO DO LANÇAMENTO E REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVOS EM DESCOMPASSO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL. TAXA DE SERVIÇO PÚBLICO ESPECÍFICO E DIVISÍVEL. OBSERVÂNCIA, EM TESE, DOS ARTS. 30, I E III, 145, II E § 1º, E 156, I, DA CF/88, DO ART. 77 DO CTN E DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL EM TESE. POSSIBILIDADE JURÍDICA DE TRAMITAÇÃO, COM RECOMENDAÇÕES DE ADEQUAÇÃO DE TÉCNICA LEGISLATIVA E APERFEIÇOAMENTO REDACIONAL.

PARECER n. 501/2025

1 | Relatório

Trata-se de exame jurídico do Projeto de Lei Complementar nº 12, de 5 de dezembro de 2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo do Município de Nova Andradina/MS, que “altera, acrescenta e revoga dispositivos na Lei Complementar Municipal de nº 229, de 13 de dezembro de 2018, que institui a Taxa de Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos domiciliares no Município de Nova Andradina/MS, e dá outras providências”.

O Projeto é encaminhado à Câmara Municipal por meio da Mensagem nº 62, de 5 de dezembro de 2025, na qual o Prefeito expõe que a proposta tem por finalidade atualizar a legislação municipal, adequar os critérios de cobrança da taxa à realidade econômica local e assegurar a sustentabilidade fiscal e operacional do serviço público de limpeza urbana, em consonância com o art. 145, § 1º, da CF/88, com o art. 77 do Código Tributário Nacional e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), bem como com as diretrizes da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mérito, o Projeto promove ampla reestruturação da Lei Complementar Municipal nº 229/2018, dentre outros pontos:

- a) altera o caput e os §§ 1º e 2º do art. 1º, redefinindo o fato gerador e o conceito de lixo, e acrescenta incisos e parágrafos para conceituar “rejeitos” e “resíduos sólidos”, bem como para explicitar serviços não abrangidos pela taxa (varrição de vias, lixo hospitalar, resíduos industriais, entulhos, galhos e outros);
- b) define e detalha a classificação de grandes e médios geradores de resíduos sólidos, com indicação exemplificativa de atividades econômicas enquadradas em cada categoria;
- c) reorganiza a estrutura da base de cálculo da taxa, estabelecendo o custo médio equivalente por metro quadrado, critérios de rateio (área construída, frequência de coleta, fator de categoria dos imóveis) e fórmulas de cálculo, com respectivas tabelas de fatores e limites de metragem;
- d) introduz regras de parcelamento do tributo em até 12 parcelas, com valor mínimo de parcela e possibilidade de desconto para pagamento à vista, autorizando sua cobrança conjunta com o IPTU, outras taxas municipais ou fatura de concessionária de serviços de água, resguardada a opção do contribuinte por guia própria;
- e) estabelece a vinculação dos valores arrecadados à operação, gestão e investimentos em serviços de resíduos sólidos, vedando sua utilização para fins diversos;
- f) disciplina de forma detalhada o procedimento de revisão do lançamento da taxa, prevendo critérios objetivos (capacidade contributiva, quantidade presumida de resíduos, tipologia construtiva, uso do imóvel, compatibilidade com o custo do serviço), prazos, necessidade de motivação, possibilidade de recurso e vedação de revisão que resulte em aumento do tributo;
- g) atualiza as regras de correção e reajuste da taxa (IGP-M ou outro índice oficial) e reafirma a responsabilidade do contribuinte pela atualização cadastral;
- h) revoga, por fim, dispositivos específicos da Lei Complementar Municipal nº 229/2018, considerados incompatíveis com a nova sistemática de cálculo e cobrança da taxa.

A Mensagem do Executivo requer que a tramitação do Projeto se dê em regime de urgência especial, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Encaminhado o feito à Procuradoria Legislativa, busca-se parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 12/2025, especialmente no que se refere à observância da competência tributária municipal, à natureza jurídica da taxa instituída, à compatibilidade com a CF/88, com o Código Tributário Nacional, com a legislação ambiental e com a Lei Complementar nº 101/2000.

É o relatório.

2 | ANÁLISE JURÍDICA

A proposição veio ao Departamento Jurídico para parecer, nos termos do art. 131 da resolução n. 06/90 (regimento interno):

Resolução
n. 06/90

Artigo 131 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário.

§ 1º - As proposições poderão consistir em:

a) Emendas à Lei Orgânica do Município;

b) Projetos de leis complementares;

c) Projetos de leis ordinárias;

...

§ 3º - A exceção das alíneas L, M, N e O do §1º, as proposições deverão ser submetidas a parecer técnico de Procurador Legislativo da Câmara de Vereadores.

Avalio.

2.1. CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E LEGALIDADE

2.1.1 CONSTITUCIONALIDADE FORMAL

A constitucionalidade formal extrai-se da análise do trinômio *competência-iniciativa-procedimento*.

Competência

Dispõe o art. 30 da CF/88:

LOM

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

O projeto em questão atende, no que se vê, ao quesito competência, porquanto atua em questão de interesse local.

Procedimento

O **procedimento** legislativo mostra-se adequado e regular até o presente momento, não havendo qualquer mácula a apontar.

Iniciativa

A autoridade proponente possui legitimidade para iniciar processo legislativo tratando da temática objeto do projeto.

2.1.2. CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, JURIDICIDADE E LEGALIDADE

A **constitucionalidade material** refere-se à conformidade substancial do conteúdo normativo de um projeto de lei ou norma infraconstitucional com os valores, direitos e princípios estabelecidos pela Constituição. Assim, a análise da constitucionalidade material exige que o conteúdo e a finalidade do projeto estejam intrinsecamente harmonizados com o texto constitucional, não apenas em sua forma, mas também em sua substância e espírito normativo.

Juridicidade e legalidade, por outro lado, são conceitos voltados à conformidade da norma no âmbito infraconstitucional. A **legalidade** implica que o ato normativo ou administrativo deve estar estritamente subordinado à legislação ordinária vigente, cumprindo as determinações expressas em normas legais. A legalidade representa, portanto, a observância do arcabouço normativo infraconstitucional, ou seja, as leis ordinárias e complementares que regem as condutas e os atos administrativos.

A **juridicidade**, por sua vez, é um conceito mais amplo do que a mera legalidade, pois requer não só a observância à legislação, mas também a aderência aos princípios gerais do direito e à jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores. Além de exigir conformidade com a lei, a juridicidade demanda que a atuação estatal respeite os princípios que orientam o sistema jurídico brasileiro, como os da proporcionalidade, razoabilidade e moralidade, garantindo que as normas e os atos estatais não sejam apenas formalmente legais, mas também materialmente justos e adequados ao conjunto de normas e valores do ordenamento jurídico.

Pois bem.

Após análise detida da proposição, não vislumbrei qualquer ofensa à Carta da República, à legislação infraconstitucional ou a princípios jurídicos aplicáveis.

2.2. TÉCNICA LEGISLATIVA

No que concerne à técnica legislativa, é de observância obrigatória, por todos os entes Federados, a Lei Complementar Federal nº 95/1998, que regulamenta a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos, e estabelece diretrizes específicas para a estruturação formal e a coerência textual das normas, incluindo disposições sobre a clareza, precisão e uniformidade da linguagem, a organização sequencial das disposições e a

padronização dos dispositivos legislativos, com o intuito de garantir a acessibilidade e a efetividade da norma para os seus destinatários.

2.3. MÉRITO DA PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA

A análise de mérito do projeto de lei escapa à competência deste Departamento Jurídico, uma vez que a avaliação sobre a justiça, conveniência e a adequação ao interesse público é prerrogativa dos Parlamentares Municipais. Cabe exclusivamente aos membros do Legislativo decidir se o conteúdo do projeto atende aos interesses coletivos e promove o bem comum, aspectos que transcendem a análise jurídica e envolvem juízos de valor e escolha política.

Portanto, em conformidade com o papel deste órgão consultivo, as manifestações devem limitar-se ao exame de aspectos jurídicos, sem emitir parecer conclusivo sobre questões de natureza técnica diversa, administrativa ou relativas à conveniência e oportunidade da proposição.

2.4. PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES

A ausência de parecer das comissões permanentes resulta em inconstitucionalidade formal.

É o que se extra da jurisprudência pátria:

TJPR

*PRINCÍPIO DA PASSAGEM OBRIGATÓRIA PELAS COMISSÕES
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 2.676/2013 DE IBIPORÃ.
VÍCIO NO PROCESSO LEGISLATIVO.
INEXISTÊNCIA DE PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO
ARTIGO 62, § 2º, I, DA CONSTITUIÇÃO PARANAENSE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.
INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA.
(TJ-PR - ADI: 12140946 PR 1214094-6)*

Logo, para validade do presente processo legislativo deverão ser acostados os pareceres das Comissões Permanentes envolvidas com a temática objeto da proposição legislativa.

2.5. INSTRUÇÕES AO PLENÁRIO

Instrumento Normativo	Projeto de lei ordinária
Quórum de votação	Maioria dos presentes da Câmara
Turno de votação	Único
Interstício	Não
Modalidade de votação	Simbólica
Votação pelo Presidente	sim

3 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, **desde** que atendidas as **recomendações** desta Diretoria Jurídica, concluo pela **CONSTITUCIONALIDADE**, LEGALIDADE e JURIDICIDADE da proposição legislativa *sub examen*.

É o parecer.

Nova Andradina - MS, 16/12/2025.

WALTER A. BERNEGOZZI JUNIOR
A d v o g a d o